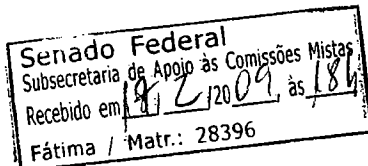




CONGRESSO NACIONAL



MPV-458

00027

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

<b>data</b> 17/02/2009	<b>proposição</b> Medida Provisória nº 458, de 10 de fevereiro de 2009.
---------------------------	--

<b>autor</b> <b>Deputado IVAN VALENTE</b>	<b>nº do prontuário</b> 000359
--	-----------------------------------

1. Supressiva	2. Substitutiva	3. Modificativa	4. Aditiva	5. Substitutivo global
---------------	-----------------	-----------------	------------	------------------------

<b>Página</b>	<b>Artigo: 3º</b>	<b>§ 1º e § 2º</b>	<b>Inciso</b>	<b>alínea</b>
---------------	-------------------	--------------------	---------------	---------------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

EMENDA ADITIVA

Acrescente-se os seguintes parágrafos ao art. 3º da MPV nº 458, de 10 de fevereiro de 2009:

“ Art. 3º

§ 1º O processo de regularização dos imóveis de que trata este artigo será fiscalizado por Comitê, a ser criado de acordo com regulamento expedido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, no qual seja garantida a participação da Sociedade Civil e do Ministério Público.

§ 2º O Comitê, dentre as atribuições específicas a serem instituídas por regulamento e sem prejuízo das atribuições do Ministério Público, receberá denúncias de quaisquer cidadãos que tenham informações sobre fraudes ao processo de regularização fundiária. (NR)”

JUSTIFICAÇÃO:

A regularização fundiária deve ter como princípio norteador o interesse público. A atuação direta da Sociedade Civil no acompanhamento e fiscalização de todo o processo de regularização fundiária, além de proporcionar uma maior transparência de todo o processo, confere legitimidade, na medida em que os setores sociais ligados diretamente às questões poderão ter acesso a informações e documentos, com vistas à evitar fraudes.

Sala das Sessões, 16 de fevereiro de 2009

PARLAMENTAR

**Deputado IVAN VALENTE**

PSOL

